



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

O **Diretor Executivo do COMODORO-PREVI** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de COMODORO, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando as exigências da Lei nº 9717/98 Lei Geral da Previdência Pública

Considerando as exigências da Portaria nº 4992/98 do Ministério da Previdência Social

Considerando as Resoluções do Conselho Monetário Nacional aos RPPS

Considerando as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no julgamento de Contas Anuais.

Resolve emitir,

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 2012 E 2013

Valores expressos em reais, exceto quando indicados de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL COMODORO-PREVI, criado em 2001, é uma entidade de personalidade jurídica de direito público, natureza autárquica, que se destina a assegurar aos seus segurados e a seus dependentes, em conformidade com a Lei nº. 1413/2012, prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência, e obedece às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Previdência Social (SPS).

Os recursos de que o COMODORO-PREVI dispõe são oriundos de contribuições de seus segurados, da parte patronal, essencialmente da Prefeitura Municipal de Comodoro e Câmara Municipal, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Durante o exercício de 2013, o COMODORO-PREVI efetuou operações no mercado financeiro, com o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, SICREDI e Citybank em ativos de renda fixa, de acordo com a legislação do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

O gestor do COMODORO-PREVI é assistido por um colegiado (conselho curador) com a garantia de participação dos segurados conforme Lei nº 9717/98, art. 1º VI; Port. nº 204/2008, art. 5º, V; Port. 402/08, art. 10 § 3º.



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

A gestão dos investimentos é realizada na forma de fundos, situação que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

O COMODORO-PREVI mantém política de investimentos com anuência do Ministério da Previdência Social, conforme portaria nº 155/08, art. 1º ; Port. 204/2008 art. 5º, XVI.

As entidades de previdência estão isentas de Imposto de Renda da pessoa jurídica desde outubro de 1988, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil.

2. BENEFÍCIOS

O COMODORO-PREVI administra aos seus segurados os benefícios de aposentadoria, auxílio doença, salário maternidade, salário família, e para os dependentes são garantidos os benefícios de pensão por morte e auxílio reclusão.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 2013 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis em vigor no Brasil e em observância a Lei 4320/64, e suas alterações posteriores, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes em relação as Demonstrações Contábeis do último exercício social.

As Demonstrações Contábeis incluem os saldos das contas corrente, aplicações e saldo de investimentos (bens patrimoniais).

4. RECEITAS

À seguir esta demonstrada as receitas do Comodoro-Previ, origem dos recursos.

Receitas	31/12/2012	31/12/2013
Contribuição dos servidores da Prefeitura	1.230.875,57	1.273.277,78
Contribuição dos servidores da Câmara	26.575,56	32.567,09
Contribuição do serv. do Comodoro-Previ- Aux. Doença/Maternidade	49.864,43	72.803,72
COMPREV- compensação com o INSS	4.247,79	3.465,06
Rendimento de Aplicações	1.785,701,12	945.256,78
Contribuição Patronal Prefeitura	1.577,762,75	1.834.549,40
Contribuição Patronal Camara	35.976,54	47.037,00
Contribuição Patronal Comodoro-Previ	2.400,00	7.345,12
Outras Receitas	29.445,40	24.581,72
Outras Restituições	42,28	X-X-X-X-X-
Dedução da Receita	x-x-x-x-x-	1.039.973,27
TOTAL	4.742.891,44	3.200.910,40



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

A Prefeitura Municipal de Comodoro e o Comodoro-Previ, celebraram convenio com o Ministério da Previdência Social no ano de 2005, para a compensação previdenciária, COMPREV, conforme Lei 9.796 de maio de 1999.

A compensação previdenciária se dará ao longo dos anos conforme aposentadorias a serem concedidas, salientamos que já existem processos em poder daquele órgão previdenciário para a devida compensação, inclusive com repasse do INSS no exercício de 2013.

Resultado da arrecadação Orçamentária - quociente de arrecadação da receita (QAR)

$$\frac{\text{Receita arrecadada}}{\text{Receita Prevista}} = \text{QAR} = \frac{3.200.910,40}{2.981.500,00} = 1,07$$

* esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 previsto, foi arrecadado R\$ 1,07 demonstrando que houve superávit na arrecadação.

Quociente de realização da despesa (QRD)

$$\frac{\text{Despesa orçamentária realizada}}{\text{Despesa orçamentária autorizada}} = \text{QRD} = \frac{1.745.950,92}{2.981.500,00} = 0,58$$

* esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada foi realizada R\$ 0,58 demonstrando que houve economia na despesa orçamentária.

Resultado Orçamentário - quociente do resultado orçamentário (QRO)

$$\frac{\text{Receita arrecadada}}{\text{Despesa Realizada}} = \text{QRO} = \frac{3.200.910,40}{1.745.950,92} = 1,83$$

* esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa realizada, arrecadou-se R\$ 1,83 demonstrando que houve superávit orçamentário da execução.

5. DESPESA COM BENEFÍCIOS

À seguir está demonstrada as despesas do Comodoro-Previ com benefícios.

BENEFÍCIOS	31/12/2012	31/12/2013
Aposentadorias	455.041,64	612.222,96
Pensões por Morte	197.532,76	249.385,46
Auxílio Doença	344.110,22	551.958,80
Auxílio Maternidade	132.671,23	71.065,36
Salário Família	18.016,02	12.917,88
TOTAL	1.147.371,87	1.497.550,46



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

As despesas com benefícios previdenciários no exercício de 2013, representaram 46,78 % em relação as receitas arrecadadas no período.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

À seguir esta demonstrada as despesas administrativas do Comodoro-Previ

DESPESA	31/12/2012	31/12/2013
Despesa com Publicações	2.370,00	340,00
Vencimentos e vantagens fixas	85.203,34	100.906,74
Outras despesas Contratos terceirizados	16.790,00	11.945,00
Obrigações Patronais	2.400,00	7.345,12
Obrigações Patronais- Contratados	x-x-x-x-x	x-x-x-x-x
Diárias	4.504,00	6.288,00
Material de Consumo	5.344,74	11.619,08
Passagens e Locomoção	885,20	x-x-x-x-x
Serviços de Consultoria -	7.500,00	5.000,00
Serviços de Terceiro PF - Perícias e Jurídico	4.254,00	21.159,77
Serviços de Terceiro PJ -Programas de Contabilidade e Previdência/água/luz/telefone/internet	19.921,68	53.544,56
Obras e instalações	x-x-x-x-x	x-x-x-x-x
Equipamentos e Material Permanente	9.902,83	888,26
PASEP	22.841,10	21.863,93
TOTAL	196.198,07	248.400,46

Considerando o art. 17 § 3º, da portaria 4992/99, onde a despesa administrativa do RPPS, deverá obedecer o limite de 2 % (dois) sobre a remuneração de proventos e pensões dos segurados ativos e inativos vinculados ao Comodoro- Previ do exercício anterior (2012), teremos.

*Para efeito do calculo de Despesa Administrativa a Contribuição ao PASEP referente as Aplicações Financeiras deverá ser deduzida, conforme Resolução nº 23/2012 do TCE MT.

Base de Cálculo Portaria 4992/99 (2012)	VALOR
Servidores da Prefeitura Municipal	14.596.911,75
Servidores da Prefeitura Municipal - auxilio doença	344.110,22
Servidores da Câmara Municipal	333.141,94
Servidores da Administração Indireta	85.203,34
Inativos	455.041,64
Pensionistas	197.532,76
Salário Maternidade	132.671,23
Total Base de Calculo 2012	16.144.612,88
Limite de 2% para gasto administrativa ano 2013	322.892,26
Reserva const. de exercício anterior(art. III Port. MPS 402/08)	54.293,27
LIMITE Autorizado em 2013	R\$ 377.185,53



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

A gestão do COMODORO-PREVI através da resolução de consulta nº. 32/2010 do TCE-MT foi autorizado a constituir reserva com sobra do da despesa administrativa à partir do exercício de 2006 atendendo a portaria nº. 183/2006 do Ministério da Previdência Social.

Sobra da despesa Administrativa no exercício de 2013 R\$ 128.785,07.

7. ATIVO PERMANENTE BENS MOVEIS e IMÓVEIS.

Os Bens móveis do Comodoro-Previ, é formado por utensílios e equipamentos, necessários ao andamento dos serviços, que foi apurado em 31/12/2013 o valor total de R\$ 60.171,81.

Os Bens Imóveis do Comodoro-Previ, é formado pela Obra da sede própria que foi inaugurada em abril de 2011 e também pelo terreno doado pela Prefeitura Municipal apurado em 31/12/2013 no valor de R\$ 181.667,36.

O Comodoro-Previ no exercício de 2013, através da Lei Municipal nº 1.455/2013 de 15.08.2013 recebeu em dação em pagamento da Prefeitura Municipal (para ser deduzido do custo suplementar/Especial) de 01 terreno avaliado no valor de R\$ 13.500,00, para futura construção das sobras das despesas administrativas, que encontra-se incorporado conforme Anexo 15 do Balanço de 2013.

8. EVOLUÇÕES DAS RESERVAS

À seguir está demonstrada a evolução das **Reservas** do Comodoro-Previ, dos últimos 03 anos

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013
Bancos e Aplicações	10.626.987,96	13.187.724,46	14.640.229,15

O crescimento das reservas do Comodoro-Previ no período do exercício de 2011 para o exercício de 2013 foi na ordem de R\$ 4.013.241,19

9. DESPESAS COM A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PASEP

Foi contribuído no exercício de 2013 o valor de R\$ 21.863,93, ao programa PASEP, conforme determinou a Resolução de Consulta 006/2009 revogada pela 23/2012, do tribunal de Contas do Estado de MT e Lei nº 9715/98.

10. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Investimentos

1. DEFINIÇÃO DA FORMA DE GESTÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

A forma de gestão definida é a gestão própria.

2. OBJETIVO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O objetivo da alocação de recursos será a preservação do equilíbrio financeiro e o atendimento da meta atuarial de 6% ao ano de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, estabelecidos nesta *Política Anual de Investimentos*.

3. METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

- 3.1. Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global *do RPPS*.
- 3.2. Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.
 - 3.2.1. As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.
- 3.3. Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:
 - 3.3.1. *Forma Direta*: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais ou operações compromissadas.
 - 3.3.2. *Forma Indireta*: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos.
- 3.4. No caso de investimentos em fundos imobiliários, estes serão integralizados via imóveis constantes do portfólio *do RPPS*.
- 3.5. O prazo de vencimentos dos Títulos Públicos, das operações compromissadas e carência para resgates em fundos de investimento, obedecerá a política de ALM (Asset Liabilities Management) previamente realizada, isto é, a política de cruzamento das datas previstas dos compromissos estabelecidos no passivo atuarial com o vencimento dos ativos financeiros.
- 3.6. Nos investimentos via cota de Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, deverá ser observado que o regulamento dos Fundos disponha obrigatoriamente o seguinte:
 - 3.6.1. Para investimentos em Fundos com possibilidade de baixa volatilidade, *assim compreendidos os Fundos Curto Prazo, Referenciados, Renda Fixa Não Longo Prazo e Previdenciários, será permitido o uso de cota de abertura.*
 - 3.6.2. Para investimentos em Fundos com possibilidade de alta volatilidade, *assim compreendidos os Fundos de Ações, Multimercado e Renda Fixa de Longo Prazo, será obrigatório o uso de cota de fechamento.*

11. LIMITAÇÕES

Foram observados os limites de concentração dos investimentos da seguinte forma:

- 3.7. Os títulos e valores mobiliários de emissão de pessoa jurídica não podem exceder a 20% dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.
- 3.8. As empresas financeiras, receptoras de depósitos em poupança, não tenham controle societário detido pelo Estado.
- 3.9. A aplicação em títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira, não pode exceder a 25% do patrimônio da emissora.
- 3.10. O total de aplicação em um mesmo fundo de investimento que não previdenciário de ações ou fundo previdenciário de renda fixa estão fixados em 20%



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

do valor dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.

3.11. Os recursos destinados a investimentos em fundos previdenciários de ações deverão respeitar o limite máximo de 25% dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.

12. RESTRIÇÕES

- a. Os investimentos em títulos que não sejam aqueles de emissão do Tesouro Nacional, só poderão constar no portfólio *do RPPS*, via fundos de investimentos ou via fundos de investimentos em cotas de fundo de investimentos.
- b. Nos investimentos em FIDCs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios) serão obedecidas as seguintes restrições:
 - i. que o fundo seja necessariamente condomínio aberto;
 - ii. que os créditos sejam padronizados; e
 - iii. que não haja aval, aceite ou coobrigação ou títulos representativos desses direitos de ente federativo.
- c. Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não ser aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.
- d. Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo day-trade.
- e. Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do investimento, ou ainda da data da solicitação.

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nos investimentos diretos via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverá ser levado em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

- a. *Risco de crédito dos ativos*: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.
- b. *Risco sistemático ou conjuntural*: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.
- c. *Risco próprio*: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.
- d. *Risco de mercado*: é o risco de oscilações de preços do ativo.
- e. *Risco de liquidez*: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.
- f. *Risco de contraparte*: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.
- g. *Risco legal*: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.
- h. *Risco operacional*: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.
- i. *Notas de Rating*: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

emissores, conforme acima listados, serão considerados baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências classificadoras de risco em funcionamento no País, conforme a tabela abaixo:

Agência Classificadora de Risco	"Rating" Mínimo
<i>Standard & Poor's</i>	<i>BBB- ou A-3</i>
<i>Moody's</i>	<i>Baa3 ou N-2 (BR-2)</i>
<i>SR Rating</i>	<i>BBB</i>
<i>Austin</i>	<i>B ou A-3</i>
<i>FITCH</i>	<i>BBB- ou F3</i>

14. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Para embasar as decisões de investimento foi elaborado cenário macroeconômico com revisão bimestral das seguintes premissas nacionais e internacionais.

j. Cenário Internacional

- i. capacidade de crescimento dos países;
- ii. política de defesa de suas moedas;
- iii. nível de taxa de juros;
- iv. nível de inflação;
- v. abertura comercial;
- vi. acordos bilaterais;
- vii. política cambial dos diversos países.

k. Cenário Nacional

- i. previsão de Taxa SELIC no final do período;
- ii. previsão de SELIC de juros média;
- iii. inflação (IPCA, IGPM);
- iv. crescimento econômico;
- v. superávit primário;
- vi. participação Relativa da Dívida Pública sobre o PIB;
- vii. níveis possíveis de juros reais.

l. Tendências de Mercado

- i. possibilidade de investimento em renda fixa e em renda variável.

15. PROJEÇÃO

Projeção com indicadores macroeconômicos de curto e médio prazo: o exercício de 2010 foi considerado como curto prazo; e o exercício de 2011, como médio prazo. Devido ao cenário internacional conturbado, não há possibilidade de previsões de longo prazo.

Ano	Taxa Selic Média % a.a	Taxa Selic Final % a.a	IPCA %	IGPM %	Câmbio Médio (R\$/US\$) %	Superávit Primário	Relação Dívida/PIB	PIB %	Juro Real X IPCA %
2011	14,2	13,75	4,9	5,4	1,78	4,25	39,2	3,5	8,86
2012	12,6	11,75	4,5	4,8	1,75	4,25	38	3,8	7,75



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

16. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A alocação dos recursos é feita nos seguintes segmentos:

- Segmento de Renda Fixa

17. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

m. Renda Fixa

TIPO	Alocação (%)		Enquadramento		RETORNO ESPERADO (%)
	LIMITE MÁXIMO	LIMITE MÍNIMO	Resolução 3506 (%)	Demonstrativo Previdenciário	
Títulos Públicos	100	ZERO	100	Art. 7º, inciso I	100 CDI
Compromissadas	100	ZERO	100	Art. 7º, § 2º	100 CDI
Fundos 100% TP	100	ZERO	100	Art. 11	100 CDI
Poupança	5	ZERO	20	Art. 7º, inciso III	67 CDI
Fundos Renda Fixa	15	ZERO	15	Art. 7º, inciso IV	101 CDI
FIDC	15	ZERO	15	Art. 7º, inciso V	105 CDI
Fundo Referenciado	80	ZERO	80	Art. 7º, inciso II, "a"	101 CDI
Fundo Previdenciário RF	80	ZERO	80	Art. 7º, inciso II, "b"	101 CDI

- n. Quando as operações diretas com títulos públicos, foi observado os seguintes pontos:
- i. abertura de conta segregada de custódia;
 - ii. histórico das corretoras e distribuidoras de valores;
 - iii. cadastramento das corretoras e distribuidoras de valores;
 - iv. pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas; e
 - v. processo de tomada de preços via cotações de mercado.
- o. Dependendo de regulamentação complementar à Resolução 3506, deverá o RPPS proceder a abertura de conta de custódia para organizar os fluxos de pagamentos e recebimentos dos proventos referentes aos segmentos de renda fixa e renda variável.

18. Renda Fixa

Conforme determina a legislação, os títulos de Renda Fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data dos balancetes mensais e balanço. O ágio e deságio quando ocorrem, na aquisição são amortizados pro rata dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título. Estão classificados nas seguintes categorias:

- I. Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.
 - II. Títulos mantidos até o vencimento - mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da Entidade. O critério de avaliação contábil é



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

19. Renda Variável

O COMODORO-PREVI, observando o princípio da prudência, no exercício de 2013 não aplicou em títulos de renda variável.

20. Investimentos imobiliários

O COMODORO-PREVI, até o exercício de 2013, não aplicou em investimentos imobiliários.

20. Restos a Pagar

No final do exercício de 2013, não ficaram restos à pagar para 2014.

22. Exigível Contingencial

A administração do Comodoro-Previ entende que as provisões constituídas são suficientes para atender, caso ocorra, a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

23. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, segundo parecer dos atuários da Entidade, e representam ao fim de cada período os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes.

Benefícios concedidos - representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.

Benefícios a conceder - representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

Provisões Matemáticas a constituir - correspondem à parcela de provisão a constituir relativa aos empregados da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal com posse até 21/09/2001, que vem sendo integralizada na forma da Lei 847/2005.

As contribuições obrigatórias correspondem, a 11% do salário de contribuição dos segurados e de no mínimo, a 11,17 % da parte Patronal, e também no mínimo de 5,50 % de custo suplementar a ser contribuído sob o salário de contribuição, pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal .

24. Superávit



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido do exercício de 2012 pelo exercício de 2013.

	31/12/2012	31/12/2013	Superávit 2013
Ativo Líquido	13.187.724,46	14.657.072,20	1.469.347,74

25. Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

A Demonstração de Resultados do Exercício é apresentada com os detalhes necessários à composição do resultado e à apuração do superávit técnico (ou déficit) do exercício, constituição de provisões matemáticas, contingências e fundos.

26. Demonstração do Fluxo Financeiro

A Demonstração do Fluxo Financeiro indica, pelo regime de caixa, as variações patrimoniais ocorridas no período, Administrativo e de Investimentos.

27. RENDA FIXA

A seguir, está demonstrada a carteira de investimentos do Comodoro-Previ

INVESTIMENTOS	31/12/2012	31/12/2013
BB REGIME RPPS CONSERVADOR	4.142.559,30	X-X-X-X-X
BB PREVID. IMA-B	1.775.198,70	X-X-X-X-X-
BB PREVID RF IRF - M1	X-X-X-X-X-	3.367.292,51
BB PREVID RF IRF - M	X-X-X-X-X-	2.467,388,49
BB PREVID RF FLUXO	X-X-X-X-X-	677.428,42
BB PREVID RF PERFIL	X-X-X-X-X-	56.941,40
BANCO SANTANDER- FIDC	1.391.297,84	2.249.970,64
BRADESCO RENDA FIXA IMA - B	2.271.781,99	2.042.560,83
BRADESCO FIRF LP	1.625.369,97	1.395.698,10
Caixa Fic Soberano RF	415.960,88	X-X-X-X-X-
Caixa Fic Personal RF LP	241.653,07	X-X-X-X-X-



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

Caixa FI Brasil IRF-M 1	x-x-x-x-x-x-	974.233,99
SICREDI	589.405,82	573.413,38
FIDC PREMIUM SR	576.605,79	497.773,39
TOTAL	13.029.833,36	14.640.229,15

Justificativas

28. EXIGÍVEL ATUARIAL

As Provisões Matemáticas apresentadas foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por profissionais habilitados.

29. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado positivo do exercício, no valor de R\$ 1.469.347,74, somado ao acumulado até 2012, elevou o superávit acumulado para R\$ 14.640.229,15, o que gerou índice maior de cobertura dos compromissos atuariais.

a) Reserva do Regime Próprio de Previdência

Registra o patrimônio, em dezembro de 2013, o valor registrado é de R\$ 14.882.068,32. (R\$ 13.415.175,37 em 2012).

Foi promovida a reavaliação atuarial em 2013 (DRRA), registrada junto ao Ministério da Previdência Social, e de acordo com o atuário Sr. Álvaro Henrique Ferraz de Abreu (MIBA 1.072), em seu Parecer Atuarial de 31/03/2013, o ativo líquido do Comodoro-Previ, é suficiente para cobrir a responsabilidade do equilíbrio atuarial de benefícios a conceder.

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2013, BEM COMO OS ANEXOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 31 § 3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI Nº 101 DE 04 MAIO DE 2000 (LRF), LEI 4320/64, A QUE REFERE-SE ESTA NOTA EXPLICATIVA, ENCONTRA-SE NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ATRAVÉS DO SITE: WWW.COMODOROPREVI.COM.BR E NO COMODORO-PREVI.



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
COMODORO-PREVI

Gustavo André Rocha
Diretor Executivo
CPF 352.035.520-53

Suelim da Silva
Contadora CRC MT 015738/P

O Diretor Executivo do COMODORO-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de COMODORO, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando as exigências da Lei nº 9717/98 Lei Geral da Previdência Pública

Considerando as exigências da Portaria nº 4992/98 do Ministério da Previdência Social

Considerando as Resoluções do Conselho Monetário Nacional aos RPPS

Considerando as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no julgamento de Contas Anuais.

Resolve emitir,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 2012 E 2013

Valores expressos em reais, exceto quando indicados de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL COMODORO-PREVI, criado em 2001, é uma entidade de personalidade jurídica de direito público, natureza autárquica, que se destina a assegurar aos seus segurados e a seus dependentes, em conformidade com a Lei nº. 1413/2012, prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência, e obedece às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Previdência Social (SPS).

Os recursos de que o COMODORO-PREVI dispõe são oriundos de contribuições de seus segurados, da parte patronal, essencialmente da Prefeitura Municipal de Comodoro e Câmara Municipal, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Durante o exercício de 2013, o COMODORO-PREVI efetuou operações no mercado financeiro, com o Banco do Brasil, Caixa

Econômica Federal, Banco Bradesco, SICREDI e Citybank em ativos de renda fixa, de acordo com a legislação do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

O gestor do COMODORO-PREVI é assistido por um colegiado (conselho curador) com a garantia de participação dos segurados conforme Lei nº 9717/98, art. 1º VI; Port. nº 204/2008, art. 5º V; Port. 402/08, art. 10 § 3º.

A gestão dos investimentos é realizada na forma de fundos, situação que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

O COMODORO-PREVI mantém política de investimentos com anuência do Ministério da Previdência Social, conforme portaria nº 155/08, art. 1º; Port. 204/2008 art. 5º, XVI.

As entidades de previdência estão isentas de Imposto de Renda da pessoa jurídica desde outubro de 1988, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil.

2. BENEFÍCIOS

O COMODORO-PREVI administra aos seus segurados os benefícios de aposentadoria, auxílio doença, salário maternidade, salário família, e para os dependentes são garantidos os benefícios de pensão por morte e auxílio reclusão.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 2013 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis em vigor no Brasil e em observância a Lei 4320/64, e suas alterações posteriores, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes em relação as Demonstrações Contábeis do último exercício social.

As Demonstrações Contábeis incluem os saldos das contas corrente, aplicações e saldo de investimentos (bens patrimoniais).

4. RECEITAS

À seguir está demonstrada as receitas do Comodoro-Previ, origem dos recursos.



CENTRO OESTE
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Peças para Máquinas
Nacionais e Importadas

65 3626-1010

marcos-magoga@hotmail.com

DEGONG

HANGCHA
Empilhadeiras



CASA DO PRODUTOR
AGROCENTER

O menor preço é direito seu.

A MAIOR VARIEDADE PARA CONSTRUIR OU REFORMAR, TUDO NUM SÓ LUGAR.

Av. Prof. Valdir Magalhães - 6026 | Centro - Comodoro - MT

Receitas	31/12/2012	31/12/2013
Contribuição dos servidores da Prefeitura	1.230.875,57	1.273.277,78
Contribuição dos servidores da Câmara	26.575,56	32.567,09
Contribuição do serv. do Comodoro-Previ- Aux. Doença/Maternidade	49.864,43	72.803,72
COMPREV- compensação com o INSS	4.247,79	3.465,06
Rendimento de Aplicações	1.785.701,12	945.256,78
Contribuição Patronal Prefeitura	1.577.762,75	1.834.549,40
Contribuição Patronal Camara	35.976,54	47.037,00
Contribuição Patronal Comodoro-Previ	2.400,00	7.345,12
Outras Receitas	29.445,40	24.581,72
Outras Restituições	42,28	X-X-X-X-X-X
Dedução da Receita	X-X-X-X-X-X	1.039.973,27
TOTAL	4.742.891,44	3.200.910,40

A Prefeitura Municipal de Comodoro e o Comodoro-Previ, celebraram convenio com o Ministério da Previdência Social no ano de 2005, para a compensação previdenciária, COMPREV, conforme Lei 9.796 de maio de 1999.

A compensação previdenciária se dará ao longo dos anos conforme aposentadorias a serem concedidas, salientamos que já existem processos em poder daquele órgão previdenciário para a devida compensação, inclusive com repasse do INSS no exercício de 2013.

Resultado da arrecadação Orçamentária – quociente de arrecadação da receita (QAR)

$$\text{Receita arrecadada} = \text{QAR} = \frac{3.200.910,40}{2.981.500,00} = 1,07$$

* esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 previsto, foi arrecadado R\$ 1,07 demonstrando que houve superávit na arrecadação.

Quociente de realização da despesa (QRD)

$$\text{Despesa orçamentária realizada} = \text{QRD} = \frac{1.745.950,92}{2.981.500,00} = 0,58$$

* esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada foi realizada R\$ 0,58 demonstrando que houve economia na despesa orçamentária.

Resultado Orçamentário – quociente do resultado orçamentário (QRO)

$$\text{Receita arrecadada} = \text{QRO} = \frac{3.200.910,40}{1.745.950,92} = 1,83$$

$$\text{Despesa Realizada}$$

* esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa realizada, arrecadou-se R\$ 1,83 demonstrando que houve superávit orçamentário da execução.

5. DESPESA COM BENEFÍCIOS

A seguir está demonstrada as despesas do Comodoro-Previ com benefícios.

BENEFÍCIOS	31/12/2012	31/12/2013
Aposentadorias	455.041,64	612.222,96
Pensões por Morte	197.532,76	249.385,46
Auxílio Doença	344.110,22	551.958,80
Auxílio Maternidade	132.671,23	71.065,36
Salário Família	18.016,02	12.917,88
TOTAL	1.147.371,87	1.497.550,46

As despesas com benefícios previdenciários no exercício de 2013, representaram 46,78 % em relação as receitas arrecadadas no período.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A seguir esta demonstrada as despesas administrativas do Comodoro-Previ

DESPESA	31/12/2012	31/12/2013
Despesa com Publicações	2.370,00	340,00
Vencimentos e vantagens fixas	85.203,34	100.906,74
Outras despesas Contratos terceirizados	16.790,00	11.945,00
Obrigações Patronais	2.400,00	7.345,12
Obrigações Patronais- Contratados	X-X-X-X-X	X-X-X-X-X
Diárias	4.504,00	6.288,00
Material de Consumo	5.344,74	11.619,08
Passagens e Locomoção	885,20	X-X-X-X-X
Serviços de Consultoria -	7.500,00	5.000,00
Serviços de Terceiro PF - Pericias e Jurídico	4.254,00	21.159,77
Serviços de Terceiro PJ - Programas de Contabilidade e Previdência/água/luz/telefone/internet	19.921,68	53.544,56
Obras e instalações	X-X-X-X-X	X-X-X-X-X
Equipamentos e Material Permanente	9.902,83	888,26
PASEP	22.841,10	21.863,93
TOTAL	196.198,07	248.400,46

Considerando o art. 17 § 3º, da portaria 4992/99, onde a despesa administrativa do RPPS, deverá obedecer o limite de 2 % (dois) sobre a remuneração de proventos e pensões dos segurados ativos e inativos vinculados ao Comodoro- Previ do exercício anterior (2012), teremos.

*Para efeito do calculo de Despesa Administrativa a Contribuição ao PASEP referente as Aplicações Financeiras deverá ser deduzida, conforme Resolução nº 23/2012 do TCE MT.

LAVA JATO
SALÃO DO AUTOMÓVEL

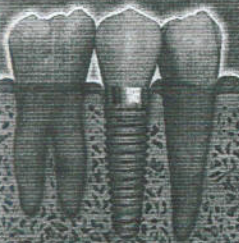
Trabalhamos aos domingos com agendamento
Atendemos à domicílio




Fone: 65 9616 7328
Av. Mato Grosso, Nº 396-N - Comodoro/MT

Dr. Nivaldo A. Ribeiro
Clínica Geral - Próteses e Implantes

Dr. Jackson S. Cordeiro
Ortodontia (Aparatos)



IMPLANTES (65) 3283-1897
Av. Paraná | 163N
Centro | Comodoro-MT



Valorize estabelecimentos comerciais que mantém o ambiente limpo:

- bares
- lanchonetes
- panificadoras
- mercearias
- mercados

Sat Cell
Antenas e Celulares

VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ANTENAS E CELULARES - ACESSÓRIOS PARA CELULARES TELEFONIA CELULAR RURAL - ANTENAS PARA INTERNET - REVENDA SKY HDTV E SKY LIVRE



Tel 3283-2956 | Cel 9642-4662
Rua Espírito Santo, 53 N - Centro | gsatcell@hotmail.com

Base de Cálculo Portaria 4992/99 (2012)	VALOR
Servidores da Prefeitura Municipal	14.596.911,75
Servidores da Prefeitura Municipal - auxílio doença	344.110,22
Servidores da Câmara Municipal	333.141,94
Servidores da Administração Indireta	85.203,34
Inativos	455.041,64
Pensionistas	197.532,76
Salário Maternidade	132.671,23
Total Base de Cálculo 2012	16.144.612,88
Limite de 2% para gasto administrativa ano 2013	322.892,26
Reserva const. de exercício anterior (art. III Port. MPS 402/08)	54.293,27
LIMITE Autorizado em 2013	R\$ 377.185,53

A gestão do COMODORO-PREVI através da resolução de consulta nº. 32/2010 do TCE-MT foi autorizado a constituir reserva com sobra do da despesa administrativa à partir do exercício de 2006 atendendo a portaria nº. 183/2006 do Ministério da Previdência Social.

Sobra da despesa Administrativa no exercício de 2013 R\$ 128.785,07.

7. ATIVO PERMANENTE BENS MOVEIS e IMÓVEIS.

Os Bens móveis do Comodoro-Previ, é formado por utensílios e equipamentos, necessários ao andamento dos serviços, que foi apurado em 31/12/2013 o valor total de R\$ 60.171,81.

Os Bens Imóveis do Comodoro-Previ, é formado pela Obra da sede própria que foi inaugurada em abril de 2011 e também pelo terreno doado pela Prefeitura Municipal apurado em 31/12/2013 no valor de R\$ 181.667,36.

O Comodoro-Previ no exercício de 2013, através da Lei Municipal nº 1.455/2013 de 15.08.2013 recebeu em dação em pagamento da Prefeitura Municipal (para ser deduzido do custo suplementar/Especial) de 01 terreno avaliado no valor de R\$ 13.500,00, para futura construção das sobras das despesas administrativas, que encontra-se incorporado conforme Anexo 15 do Balanço de 2013.

8. EVOLUÇÕES DAS RESERVAS

À seguir está demonstrada a evolução das Reservas do Comodoro-Previ, dos últimos 03 anos

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013
Bancos e Aplicações	10.626.987,96	13.187.724,46	14.640.229,15

O crescimento das reservas do Comodoro-Previ no período do exercício de 2011 para o exercício de 2013 foi na ordem de R\$ 4.013.241,19

9. DESPESAS COM A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PASEP

Foi contribuído no exercício de 2013 o valor de R\$ 21.863,93, ao programa PASEP, conforme determinou a Resolução de Consulta 006/2009 revogada pela 23/2012, do tribunal de Contas do Estado de MT e Lei nº 9715/98.

10. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Investimentos

1. DEFINIÇÃO DA FORMA DE GESTÃO

A forma de gestão definida é a gestão própria.

2. OBJETIVO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O objetivo da alocação de recursos será a preservação do equilíbrio financeiro e o atendimento da meta atuarial de 6% ao ano de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos.

3. METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

3.1. Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do RPPS.

3.2. Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

3.2.1. As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

3.3. Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

3.3.1. **Forma Direta:** quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais ou operações compromissadas.

3.3.2. **Forma Indireta:** quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos.

3.4. No caso de investimentos em fundos imobiliários, estes serão integralizados via imóveis constantes do portfólio do RPPS.

3.5. O prazo de vencimentos dos Títulos Públicos, das operações compromissadas e carência para resgates em fundos de investimento, obedecerá a política de ALM (Asset Liabilities Management) previamente realizada, isto é, a política de cruzamento das datas previstas dos compromissos estabelecidos no passivo atuarial com o vencimento dos ativos financeiros.

3.6. Nos investimentos via cota de Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, deverá ser observado que o regulamento dos Fundos disponha obrigatoriamente o seguinte:

3.6.1. Para investimentos em Fundos com possibilidade de baixa volatilidade, *assim compreendidos os Fundos Curto Prazo, Referenciados, Renda Fixa Não Longo Prazo e Previdenciários, será permitido o uso de cota de abertura.*

3.6.2. Para investimentos em Fundos com possibilidade de alta volatilidade, *assim compreendidos os Fundos de Ações, Multimercado e Renda Fixa de Longo Prazo, será obrigatório o uso de cota de fechamento.*

11. LIMITAÇÕES

Foram observados os limites de concentração dos investimentos da seguinte forma:

3.7. Os títulos e valores mobiliários de emissão de pessoa jurídica não podem exceder a 20% dos recursos em moeda corrente do RPPS.

3.8. As empresas financeiras, receptoras de depósitos em poupança, não tenham controle societário detido pelo Estado.

3.9. A aplicação em títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira, não pode exceder a 25% do patrimônio da emissora.

3.10. O total de aplicação em um mesmo fundo de investimento que não previdenciário de ações ou fundo previdenciário de renda fixa estão fixados em 20% do valor dos recursos em moeda corrente do RPPS.

3.11. Os recursos destinados a investimentos em fundos previdenciários de ações deverão respeitar o limite máximo de 25% dos recursos em moeda corrente do RPPS.

12. RESTRIÇÕES

a. Os investimentos em títulos que não sejam aqueles de emissão do Tesouro Nacional, só poderão constar no portfólio do RPPS, via fundos de investimentos ou via fundos de investimentos em cotas de fundo de investimentos.

b. Nos investimentos em FIDCs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios) serão obedecidas as seguintes restrições:

- que o fundo seja necessariamente condomínio aberto;
- que os créditos sejam padronizados; e
- que não haja aval, aceite ou coobrigação ou títulos representativos desses direitos de ente federativo.

c. Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não ser aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.

d. Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo day-trade.

e. Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do investimento, ou ainda da data da solicitação.

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nos investimentos diretos via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverá ser levado em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

a. **Risco de crédito dos ativos:** possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.

b. **Risco sistemático ou conjuntural:** são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.

c. **Risco próprio:** consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.

d. **Risco de mercado:** é o risco de oscilações de preços do ativo.

e. **Risco de liquidez:** também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.

f. **Risco de contraparte:** também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.

g. **Risco legal:** tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.

h. Risco operacional: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.

i. Notas de Rating: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos emissores, conforme acima listados, serão considerados baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências classificadoras de risco em funcionamento no País,

conforme a tabela abaixo:

Agência Classificadora de Risco	"Rating" Mínimo
Standard & Poor's	BBB- ou A-3
Moody's	Baa3 ou N-2 (BR-2)
SR Rating	BBB
Austin	B ou A-3
FITCH	BBB- ou F3

14. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Para embasar as decisões de investimento foi elaborado cenário macroeconômico com revisão bimestral das seguintes premissas nacionais e internacionais. -

a. Cenário Internacional

- i. capacidade de crescimento dos países;
- ii. política de defesa de suas moedas;
- iii. nível de taxa de juros;
- iv. nível de inflação;
- v. abertura comercial;
- vi. acordos bilaterais;
- vii. política cambial dos diversos países.

b. Cenário Nacional

- i. previsão de Taxa SELIC no final do período;
- ii. previsão de SELIC de juros média;
- iii. inflação (IPCA, IGPIM);
- iv. crescimento econômico;
- v. superávit primário;
- vi. participação Relativa da Dívida Pública sobre o PIB;
- vii. níveis possíveis de juros reais.

c. Tendências de Mercado

- i. possibilidade de investimento em renda fixa e em renda variável.

15. PROJEÇÃO

Projeção com indicadores macroeconômicos de curto e médio prazo: o exercício de 2010

foi considerado como curto prazo; e o exercício de 2011, como médio prazo. Devido ao cenário internacional conturbado, não há possibilidade de previsões de longo prazo.

Ano	Taxa Selic Média % a.a	Taxa Selic Final % a.a	IPCA %	IGPM %	Câmbio Médio (R\$/US\$) %	Superávit Primário	Relação Dívida/PIB	PIB %	Juro Real X IPCA
2011	14,2	13,75	4,9	5,4	1,78	4,25	39,2	3,5	8,86
2012	12,6	11,75	4,5	4,8	1,75	4,25	38	3,8	7,75

16. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A alocação dos recursos é feita nos seguintes segmentos:

Segmento de Renda Fixa

17. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

a. Renda Fixa

TIPO	Alocação (%)		Enquadramento	
	LIMITE MÁXIMO	LIMITE MÍNIMO	Resolução 3506 (%)	Demonstrativo Previdenciário
Títulos Públicos	100	ZERO	100	Art. 7º, inciso I
Compromissadas	100	ZERO	100	Art. 7º, § 2º
Fundos 100% TP	100	ZERO	100	Art. 11
Poupança	5	ZERO	20	Art. 7º, inciso III
Fundos Renda Fixa	15	ZERO	15	Art. 7º, inciso IV
FIDC	15	ZERO	15	Art. 7º, inciso V
Fundo Referenciado	80	ZERO	80	Art. 7º, inciso II, "a"
Fundo Previdenciário RF	80	ZERO	80	Art. 7º, inciso II, "b"

a. Quando as operações diretas com títulos públicos, foi observados os seguintes pontos:

- i. abertura de conta segregada de custódia;
- ii. histórico das corretoras e distribuidoras de valores;
- iii. cadastramento das corretoras e distribuidoras de valores;

iv. pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas; e
v. processo de tomada de preços via cotações de mercado.

b. Dependendo de regulamentação suplementar à Resolução 3506, deverá o RPPS proceder a abertura de conta de custódia para organizar os fluxos de pagamentos e recebimentos dos proventos referentes aos segmentos de renda fixa e renda variável.

18. Renda Fixa

Conforme determina a legislação, os títulos de Renda Fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data dos balancetes mensais e balanço. O ágio e deságio quando ocorrem, na aquisição são amortizados pro rata dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título. Estão classificados nas seguintes categorias:

I. Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.

II. Títulos mantidos até o vencimento - mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da Entidade. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

19. Renda Variável

O COMODORO-PREVI, observando o princípio da prudência, no exercício de 2013 não aplicou em títulos de renda variável.

20. Investimentos imobiliários

O COMODORO-PREVI, até o exercício de 2013, não aplicou em investimentos imobiliários.

20. Restos a Pagar

No final do exercício de 2013, não ficaram restos a pagar para 2014.

22. Exigível Contingencial

A administração do Comodoro-Previ entende que as provisões constituídas são suficientes para atender, caso ocorra, a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

23. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, segundo parecer dos atuários da Entidade, e representam ao fim de cada período os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes.

Benefícios concedidos - representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.

Benefícios a conceder - representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

Provisões Matemáticas a constituir - correspondem à parcela de provisão a constituir relativa aos empregados da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal com posse até 21/09/2001, que vem sendo integralizada na forma da Lei 847/2005.

As contribuições obrigatórias correspondem, a 11% do salário de contribuição dos segurados e de no mínimo, a 11,17% da parte Patronal, e também no mínimo de 5,50% de custo suplementar a ser contribuído sob o salário de contribuição, pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal.

24. Superávit

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido do exercício de 2012 pelo exercício de 2013.

	31/12/2012	31/12/2013	Superávit 2013
Ativo Líquido	13.187.724,46	14.657.072,20	1.469.347,74

25. Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

A Demonstração de Resultados do Exercício é apresentada com os detalhes necessários à composição do resultado e à apuração do superávit técnico (ou déficit) do exercício, constituição de provisões matemáticas, contingências e fundos.

26. Demonstração do Fluxo Financeiro

A Demonstração do Fluxo Financeiro indica, pelo regime de caixa, as variações patrimoniais ocorridas no período, Administrativo e de Investimentos.

27. RENDA FIXA

A seguir, está demonstrada a carteira de investimentos do Comodoro-Previ

- Continuação da pág. 10

INVESTIMENTOS	31/12/2012	31/12/2013
BB REGIME RPPS CONSERVADOR	4.142.559,30	X-X-X-X-X
BB PREVID. IMA-B	1.775.198,70	X-X-X-X-X
BB PREVID RF IRF - M1	X-X-X-X-X	3.367.292,51
BB PREVID RF IRF - M	X-X-X-X-X	2.467.388,49
BB PREVID RF FLUXO	X-X-X-X-X	677.428,42
BB PREVID RF PERFIL	X-X-X-X-X	56.941,40
BANCO SANTANDER- FIDC	1.391.297,84	2.249.970,64
BRASESCO RENDA FIXA IMA - B	2.271.781,99	2.042.560,83
BRASESCO FIRF LP	1.625.369,97	1.395.698,10
Caixa Fic Soberano RF	415.960,88	x-x-x-x-x
Caixa Fic Personal RF LP	241.653,07	x-x-x-x-x
Caixa FI Brasil IRF-M 1	x-x-x-x-x	974.233,99
SICREDI	589.405,82	573.413,38
FIDC PREMIUM SR	576.605,79	497.773,39
TOTAL	13.029.833,36	14.640.229,15

Justificativas**28. EXIGÍVEL ATUARIAL**

As Provisões Matemáticas apresentadas foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por profissionais habilitados.

29. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado positivo do exercício, no valor de **R\$ 1.469.347,74**, somado ao acumulado até 2012, elevou o superávit acumulado para **R\$ 14.640.229,15**, o que gerou índice maior de cobertura dos compromissos atuariais.

a) Reserva do Regime Próprio de Previdência

Registra o patrimônio, em dezembro de 2013, o valor registrado é de **R\$ 14.882.068,32**. (R\$ 13.415.175,37 em 2012).

Foi promovida a reavaliação atuarial em 2013 (DRRA), registrada junto ao Ministério da Previdência Social, e de acordo com o atuário Sr. Álvaro Henrique Ferraz de Abreu (MIBA 1.072), em seu Parecer Atuarial de 31/03/2013, o ativo líquido do Comodoro-Previ, é suficiente para cobrir a responsabilidade do equilíbrio atuarial de benefícios a conceder.

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2013, BEM COMO OS ANEXOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 31 § 3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI Nº 101 DE 04 MAIO DE 2000 (LRF), LEI 4320/64, A QUE REFERE-SE ESTA NOTA EXPLICATIVA, ENCONTRA-SE NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ATRAVÉS DO SITE: WWW.COMODOROPREVI.COM.BR E NO COMODORO-PREVI.

Gustavo André Rocha
Diretor Executivo
CPF 352.035.520-53

Suelim da Silva
Contadora CRC MT 015738/P



Colaborador Marcos Aurélio - Pantcho

SELEÇÃO BRASILEIRA**Fred, Jô e Jefferson completam lista para amistoso contra África do Sul**

Atacantes de Fluminense e Atlético-MG e goleiro do Botafogo se juntam a outros 16 jogadores que atuam na Europa para jogo no dia 5 de março, em Joanesburgo

O técnico Luiz Felipe Scolari convocou nesta segunda-feira os jogadores que atuam no futebol brasileiro para ao amistoso contra a África do Sul, em 5 de março, em Joanesburgo. A grande novidade é o retorno do atacante Fred. Recuperado de lesão, o centroavante do Fluminense não jogava pela seleção brasileira desde agosto do ano passado. Jô, do Atlético-MG, e o goleiro Jefferson, do Botafogo, completam a lista.

O trio se juntará a outros 16 jogadores que atuam na Europa convocados por Felipão no dia 11 de fevereiro. (veja a lista completa abaixo).

Artilheiro da Copa das Confederações e um dos líderes do grupo de Luiz Felipe Scolari, Fred tenta dar a volta por cima nesse retorno à Seleção. Desde que retornou aos gramados no início do ano, o jogador marcou apenas um gol e desperdiçou dois pênaltis (um nesse domingo, no clássico contra o Botafogo).

Por outro lado, o atacante Jô vive um bom momento no Atlético-MG. Ele marcou um dos gols da vitória do Galo no clássico contra o América-MG, nesse domingo.

Dessa forma a lista completa para o amistoso contra a África do Sul ficou da seguinte forma:

Goleiro: Julio César (Toronto FC), Jefferson (Botafogo)

Zagueiros: Thiago Silva (PSG) David Luiz (Chelsea) Dante (Bayern de Munique)

Laterais: Daniel Alves (Barcelona) Rafinha (Bayern de Munique) Marcelo (Real Madrid)

Meias: Luiz Gustavo (Wolfsburg) Fernandinho (Manchester City) Paulinho (Tottenham) Ramires (Chelsea) Oscar (Chelsea) Willian (Chelsea)

Atacantes: Neymar (Barcelona) Bernard (Shakhtar) Hulk (Zenit), Jô (Atlético-MG) e Fred (Fluminense).



CASA NOVA
Materiais para Construção



CONSTRUIR? REFORMAR?
CASA NOVA

Credenciada  para pagamento de boletos bancários, conta de água, luz, telefone com valor máximo de R\$3000,00 por boleto.

Av. Paraná nº48 N-Comodoro/MT

3283 1020

Agora é Correspondente para aberturas de contas, Construcard, Minha casa Minha vida e Consignado com taxas especiais para funcionário público.

AQUI